

Lukács, trabalho e classes sociais

Sergio Lessa

Como citar: LESSA, Sergio. **Lukács, trabalho e classes sociais**. In: REI, Marcus Del (org.). **György Lukács e a emancipação humana**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p.59-72. DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7559-344-8.p59-72>



LUKÁCS, TRABALHO E CLASSES SOCIAIS

Sergio Lessa

Se for correta a interpretação de Marx realizada pela tradição, para simplificarmos, balizada pelo Lukács da maturidade (da *Estética* e da *Ontologia*) e pelo Mészáros de *Para além do capital** – com Nicolas Tertulian e Guido Oldrini ocupando lugar de destaque –, a relação entre trabalho e classes sociais é a de fundado/fundante. Em uma frase: como a necessidade primeira de toda e qualquer reprodução social é a transformação da natureza nos meios de produção e subsistência, o modo como cada sociedade atende a essa necessidade determina, por vezes muito diretamente, todos os outros complexos sociais – até mesmo se existirão e quais serão as classes sociais¹. O trabalho primitivo, de coleta, com suas potencialidades e limites históricos, funda a totalidade de cada sociedade primitiva (seu nomadismo, sua limitada capacidade de desenvolver ferramentas etc.). O trabalho escravo, com seus limites históricos insuperáveis (sua incapacidade de desenvolver novas técnicas na relação com a natureza etc.), determina de modo predominante o desenvolvimento das sociedades escravistas (impérios expansionistas e assim por diante). O trabalho feudal, ao reordenar a relação do homem com a natureza a partir da decadência do escravismo, funda as possibilidades evolutivas e os limites históricos do feudalismo (seu histórico “beco sem saída”, por exemplo²). E, por fim, o trabalho proletário³, com seus limites e potencialidades (inaugura a contradição antagônica entre a exploração do

* São Paulo, Boitempo, 2002. (N. E.)

¹ “[...] todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, eventualmente até remotamente mediato, o trabalho com todas as suas consequências ontológicas” (G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, v.1: São Paulo, Boitempo, 2012; v.2: São Paulo, Boitempo, no prelo.).

² Idem, *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (São Paulo, Ciências Humanas, 1979), p. 148-9.

³ Trabalho proletário é aquele que, ao transformar a natureza em meios de produção e subsistência, produz o conteúdo material da riqueza social (Karl Marx, *O capital*, Livro I, trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013) da sociedade burguesa. Há trabalhos produtivos que valorizam, mas, contudo, não produzem o capital, porque não operam a transformação da natureza. Sobre isso, ver Sergio Lessa, *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (São Paulo, Cortez, 2007), em especial a parte II.

homem pelo homem e o desenvolvimento das forças produtivas⁴) funda a totalidade da sociedade burguesa.

O trabalho em sua universalidade (enquanto condição eterna da vida social⁵, categoria fundante do mundo dos homens) e cada uma de suas formas particulares (trabalho primitivo, escravista, servil e proletário) são as determinações predominantes e mais universais na constituição do ser social e de sua evolução através dos distintos modos de produção. E isso porque, sendo a relação do homem com a natureza, ao mesmo tempo e necessariamente, a relação dos homens entre si – em outras palavras: como todo trabalho é parte da reprodução da sociedade da qual é fundante –, cada uma das formas históricas particulares de trabalho (o primitivo, o escravista, o feudal e o capitalista) determina as relações de produção que lhe são imprescindíveis. O trabalho de coleta dos homens primitivos impunha à sociedade a cooperação como qualidade predominante nas relações entre seus membros⁶; o trabalho escravista requeria com rigorosa necessidade a divisão da sociedade entre senhores de escravos, seus auxiliares assalariados e os escravos; o trabalho servil determinava que o servo seria proprietário de suas ferramentas e de uma porção do produzido e que a extração pela classe dominante de seu trabalho excedente ocorreria pela mediação da política; e, por fim, o trabalho proletário apenas pode existir em uma sociedade em que a emancipação política⁷ possibilita que as relações sociais sejam reduzidas às relações concorrenciais de mercado (o fetichismo da mercadoria).

O que estamos argumentando é que as relações de produção são predominantemente determinadas⁸ pela forma particular do trabalho em cada modo de produção: esse é seu estatuto ontológico. Ela determina também as formas particulares de cada uma das classes (senhor de escravos e escravos, senhores feudais e servos, burgueses e proletários – sempre com um setor assalariado entre as duas classes fundamentais). Ao mesmo tempo, como a universalidade social mais genérica é fundada pelo trabalho, e como a totalidade de cada sociedade em particular é fundada pelo modo particular do trabalho nele presente, as classes sociais existem apenas enquanto determinações reflexivas. Os senhores de escravos apenas existem expropriando os escravos, de tal forma que o desaparecimento de qualquer uma dessas classes pode ocorrer somente como superação do modo

⁴ Sobre essa contradição – e por que para Marx, Lukács e Mézaros ela não significa a impossibilidade de aumento da produção sob a regência do capital, ver Sergio Lessa, *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, cit., em especial capítulo VIII.

⁵ Karl Marx, *O capital*, Livro I, cit.

⁶ Eleanor B. Leacock publicou um livro fantástico, *Myths of Male Dominance* (Londres, Monthly Review Press, 1981), em tradução pela Expressão Popular, no qual discute com detalhes essa articulação entre o modo de produção primitivo e as relações de cooperação.

⁷ A emancipação política é a libertação das relações mercantis da gerência estatal direta, é a obra histórica das revoluções burguesas. Ver Ivo Tonet, *Democracia ou liberdade?* (Maceió, Edufal, 1999); Karl Marx, *Sobre a questão judaica* (trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2010), Sergio Lessa, “A emancipação política e a defesa dos direitos”, *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 90, jun. 2007, p. 35-57.

⁸ Helena Hirata, em *Nova divisão sexual do trabalho?* (São Paulo, Boitempo, 2002, col. Mundo do Trabalho), oferece uma interessantíssima discussão a respeito das influências dos complexos não econômicos (que ela qualifica, imprecisamente, de culturais) nas relações que se estabelecem no interior das fábricas. Para uma discussão das determinações ontológicas universais que operam na conexão entre trabalho e totalidade social segundo Lukács, ver Sergio Lessa, *Mundo dos homens: trabalho e ser social* (São Paulo, Boitempo, 2002).

de produção escravista. Como os senhores feudais são determinados por sua função social, a de expropriar o trabalho servil, o fim do feudalismo é também o fim de suas classes fundamentais. O mesmo para o capitalismo maduro: proletariado e burguesia apenas poderão desaparecer como momento fundamental da transição para o comunismo. E isso, repetimos, porque as relações de produção peculiares a cada modo de produção são fundadas pelo modo de trabalho que está em sua base.

Desse complexo de conexões decorre também que trabalho e reprodução social, em formações sociais que conhecem ou não classes sociais, são indissociáveis: não há modo histórico de transformação da natureza nos meios de produção e subsistência que não seja o momento predominante na determinação das relações de produção e, por consequência, da reprodução social e das classes sociais (e até mesmo da mera existência das classes). Não é por acaso que Lukács inicie o capítulo "O trabalho" de sua *Ontologia* afirmando que nem o trabalho nem qualquer outra categoria social pode ser "adequadamente compreendida se for considerada isoladamente" da totalidade da qual faz parte⁹. E, ainda, que inicie o capítulo imediatamente subsequente, dedicado à reprodução social, reafirmando que o trabalho "pode alcançar sua existência verdadeira e adequada apenas em um complexo social que se mova e se reproduza processualmente": a totalidade do mundo dos homens. Ou, para dizer o mesmo com outras palavras, cada modo de produção apenas pode ser superado pela passagem de uma forma de trabalho para outra. O novo modo pelo qual a sociedade atende à necessidade de converter a natureza em meios de produção e subsistência fundará as novas relações de produção, as quais, por sua vez, predominarão na constituição histórica das novas classes sociais (ou em sua superação pelo comunismo). A transição para o comunismo será a superação do trabalho abstrato pelo trabalho emancipado, isto é, a livre organização dos trabalhadores associados.

Por isso, e entrando imediatamente no debate em curso, não há qualquer possibilidade – nem qualquer evidência histórica em sentido contrário – de que seja possível o desaparecimento do proletariado como parte do desenvolvimento tecnológico peculiar ao modo de produção capitalista. Todavia, é justamente isso que tem sido afirmado, de modo repetitivo, pela *mainstream* das ciências humanas já há mais de meio século. O fim do proletariado – e, mais raramente, o fim da burguesia – tem sido um tema recorrente, e quase sempre com a afirmação de que seria o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista que traria o fim de uma de suas classes fundamentais. Examinemos mais de perto o essencial dessa linha de argumentação.

A terceira (ou quarta, ou quinta....) revolução técnico-científica

As revoluções nos modos de produção aparecem na história com um sentido muito preciso. São saltos ontológicos na reprodução social. A primeira revolução foi a neolítica. Com a descoberta da agricultura e da pecuária, o aumento da produtividade do trabalho possibilitou o surgimento do trabalho excedente. É a existência do trabalho excedente ao lado da carência (o fato de a produção não ser suficiente para atender a todas as necessidades humanas) que está na origem das classes sociais. Para sermos mais do que breves: com a presença da carência, a distribuição igualitária do produzido im-

⁹ G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, cit., v. 2. (N. E.).

possibilita a acumulação de riquezas, sem a qual não pode haver investimentos no desenvolvimento das forças produtivas; ao contrário, a concentração da riqueza nas mãos da classe dominante possibilita tais investimentos e abre um período de desenvolvimento mais acelerado das forças produtivas. Por isso, ao longo do tempo, as sociedades de classe tenderam a substituir as sociedades primitivas mais igualitárias. Ao introduzir o trabalho excedente sem ter superado a carência, a Revolução Neolítica colocou a humanidade em uma nova etapa histórica, na qual ela conheceu um desenvolvimento mais acelerado das forças produtivas com a transição do escravismo para o feudalismo e deste para o capitalismo. O salto ontológico efetivado pela Revolução Neolítica foi a superação da sociedade primitiva pelas sociedades de classe.

A segunda revolução é a Revolução Industrial. Ela introduz na história uma categoria antes inexistente: a abundância. Pela primeira vez, a humanidade produz mais do que o necessário para o atendimento pleno de todas as necessidades de todos os indivíduos no planeta. Todavia, sob o capital, a maior riqueza humana imaginável, a abundância, é superprodução: ela é convertida em seu oposto, isto é, em miséria. Para resumir ainda mais, com a abundância o mercado fica inviabilizado, pois a oferta tende a ser sempre maior do que a procura e isso derruba os preços abaixo do lucrativo. Agora, a única superação possível da contradição entre as relações de produção capitalistas, fundadas na propriedade privada, e o desenvolvimento das forças produtivas é a transição para o comunismo – o modo de produção fundado pelo trabalho associado. A Revolução Industrial marca, portanto, a entrada da humanidade em um novo período histórico, que requer a superação das sociedades de classe com a mesma necessidade com que o período iniciado pela Revolução Neolítica exigia a exploração do homem pelo homem. O salto ontológico trazido pela Revolução Industrial foi a passagem para um novo período histórico, no qual as classes sociais se converteram no principal obstáculo ao pleno desenvolvimento das forças produtivas.

Não é preciso muito para se dar conta de que nada semelhante ocorreu nas últimas décadas: o desenvolvimento tecnológico representado pela robótica e pela informática, as novas formas de gerenciamento do trabalho etc. não representam de modo algum a passagem para um novo período histórico. São apenas a prossecução do capitalismo nas condições históricas das últimas décadas, que lhe são extremamente favoráveis (pela ausência momentânea do proletariado como “antagonista histórico”) e lhe permitem um desenvolvimento tecnológico com pouca resistência coletiva/organizada dos trabalhadores.

As teses acerca de uma terceira ou quarta – e mesmo uma quinta – revolução técnico-científica, ou como se queira chamar, não passam disto: teses, hipóteses. Elas não vão além, do ponto de vista ideológico, da reafirmação como novo da velha essência do capitalismo e, do ponto de vista metodológico, da substituição do real pelo mundo da fantasia com o roto artifício de converter a particularidade em totalidade. Inflam um aspecto das consequências das novas tecnologias até convertê-lo na nova e imaginária totalidade e, a partir dela, projetam um futuro que se toma por assegurado. Tal papel ideológico e tal procedimento metodológico podem ser encontrados (para se iniciar em algum lugar) em Mallet e Bellevile, no início da década de 1960, passam pelo merecidamente esquecido Herman Kann, em *The Year 2000* (1967), por pesquisadores da qualidade de Piore e Sabel (1984) e chegam a produções mais contemporâneas, como Schaff (1990), Lojkin

(1995), Negri e Lazzarato¹⁰, para não mencionar autores nacionais. Todas essas teses apresentam como argumento decisivo uma hipótese: o desenvolvimento tecnológico teria produzido, nas últimas décadas, relações de produção que teriam alterado o essencial da sociedade contemporânea – sempre com o desaparecimento do proletariado ou sua dissolução no assalariado (o que, no fundo, dá no mesmo).

O mais impressionante é como tais teses subsistem anos no debate contemporâneo, apesar de serem sistemática e consistentemente negadas pelas investigações empíricas. Já em 1987, Raul Carvalho publicou *Tecnologia e trabalho industrial**. Vivíamos os primeiros impactos da reestruturação produtiva em nosso país e floresciam as teses que postulavam nossa entrada em uma nova sociabilidade, a qual, ainda que mantendo o mercado e o capital, em breve se veria livre do trabalho manual. A superação do trabalho pela robótica e o fim do proletariado pela superação do trabalho manual eram teses tidas, em amplos círculos, como indubitáveis.

Os dados expostos por Carvalho eram, já então, contundentes. As novas tecnologias estariam aumentando o controle (o trabalho intelectual) sobre o trabalho operário, ao invés de aboli-lo; estariam intensificando o trabalho manual, ao invés de superá-lo; estariam ampliando a extração do mais-valor, ao invés de superar o capitalismo. O mais interessante é que o autor chega a essas conclusões apesar de sua manifesta filiação à escola da regulação: ele simplesmente não encontra aquilo que deveria encontrar em sua pesquisa, caso fossem corretas as teses de Lipietz, Coriat etc., das quais é partidário. E sua honestidade intelectual (cada vez mais rara hoje em dia) leva-o a destacar esse aspecto.

Em 1997 foi publicado em nosso país o texto de Krishan Kumar, *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*** . Kumar discute a improcedência das teses que postulavam a superação do capitalismo pelo desenvolvimento da tecnologia gerado pelo próprio capital. Argumenta, com precisão, que do capitalismo não viria nada a não ser mais capitalismo: cada modo de produção desenvolve as tecnologias que são compatíveis com seus pressupostos históricos, por isso do desenvolvimento tecnológico promovido pelo capital viria apenas mais e mais capitalismo. Essa não é uma tese original e nem sequer recente. Lembremos, por exemplo, a discussão entre Lukács e Bukharin nos anos 1920¹¹ acerca da relação do desenvolvimento tecnológico com o desenvolvimento das forças produtivas e, bem mais recentemente entre nós, o livro de Daniel Romero¹². Ainda que não seja sequer filiado ao marxismo e não demonstre conhecimento da discussão acerca da relação entre tecnologia e forças produtivas no interior dessa corrente teórica, Kumar mostra o fundamental: não é o desenvolvimento da técnica o momento predominante no desenvolvimento das forças produtivas. E o faz com base em uma copiosa bibliografia (principalmente de língua inglesa) e em abundantes dados empíricos.

Mais recentemente, uma considerável massa de títulos foi publicada entre nós, a maioria em coleções organizadas por Ricardo Antunes que ou trazem estudos de casos ou rea-

¹⁰ Sergio Lessa, *Para além de Marx? Crítica às teses do trabalho imaterial* (São Paulo, Xamã, 2005).

* Porto Alegre, L&PM, 1987. (N. E.)

** 2. ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006. (N. E.)

¹¹ G. Lukács, "Tecnologia y relaciones sociales", em Nikolai Bukharin, *Teoria del materialismo historico* (Espanha, Siglo XXI, 1974). Lukács retoma essa mesma polêmica em *Para uma ontologia do ser social*, cit., v. 2.

¹² Daniel Romero, *Marx e a técnica* (São Paulo, Expressão Popular, 2005).

lizam análises mais amplas sobre as transformações introduzidas pela reestruturação produtiva. A nosso ver, o mais interessante e mais importante, pela amplitude da investigação e pelos dados que apresenta, é *Nova divisão sexual do trabalho?*, de Helena Hirata. Com base em estudos comparativos nos parques industriais do Brasil, da França e do Japão, ela conclui que não apenas a divisão sexual do trabalho se mantinha e muitas vezes se aprofundava com as reestruturações em curso, como também a divisão entre o trabalho manual e o intelectual estava se ampliando ao fim do século XX. Seus argumentos – teóricos e empíricos – sobre a manutenção do trabalho manual pelas transformações tecnológicas e gerenciais das últimas décadas nos parecem definitivos contra as teses acerca do fim do trabalho manual e/ou da fusão ou imbricamento do trabalho manual com o intelectual.

Esses três textos são suficientes para respaldar, no espaço de um artigo, o questionamento da validade – enquanto reflexo do real – das hipóteses sobre o fim do trabalho, o fim do trabalho manual e o fim do proletariado. Tais hipóteses, repetimos, carecem até mesmo de evidências empíricas: as fábricas continuam a existir e, nelas, os trabalhadores manuais continuam a realizar a transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência. No campo, o proletariado rural continua com seu trabalho manual, convertendo a natureza em meios de produção e subsistência. E toda essa produção continua a ter por finalidade essencial a produção do mais-valor para a reprodução do capital. O fato de se produzir mais-valor já determina a modalidade de distribuição da riqueza: a burguesia ficará com o capital e o proletariado e os demais trabalhadores, com os salários. As novas formas gerenciais e as novas tecnologias possibilitaram a ampliação da extração do mais-valor: não há qualquer superação da essência do modo de produção capitalista. Pelo contrário, temos a reafirmação histórica não apenas de sua essência, mas também de muito do fenomênico do modo de produção capitalista.

Não há evidências de que estejamos vivendo transformações da ordem ou da escala daquelas introduzidas pela Revolução Neolítica ou pela Revolução Industrial. Pelo contrário, os elementos de continuidade são muito mais fortes que os de ruptura – nada indica que estejamos passando para um novo patamar histórico, um novo modo de produção. O oposto seria mais próximo do real: há crescentes evidências de que muitas vezes a reestruturação produtiva, as novas tecnologias e a robótica reponham, com maior intensidade, traços da organização do trabalho típica do fordismo mais puro-sangue. Hoje, com a terceirização e os empregos precarizados, o trabalho vivo se tornou em muitas situações mais barato e flexível que o dos robôs e, ao contrário do que já se afirmou como verdade indubitável, assistimos, com o perdão da expressão, a uma “desrobotização”: a substituição dos robôs pelo trabalho vivo. Ao lado desse fenômeno, um novo patamar de extração de mais-valor tem sido possível pela introdução de formas mascaradas e por vezes retrógradas de assalariamento, do tipo da Terceira Itália, como produção doméstica, trabalho infantil etc. – uma temática sempre repisada.

Não há evidências nem do ponto de vista teórico nem do ponto de vista empírico que nos possibilitem postular o desaparecimento do proletariado (ou da burguesia) por obra e graça das atuais modificações tecnológicas ou gerenciais.

Lukács e o fundamento ontológico do trabalho manual

Essa situação repõe, com enorme força para o debate em curso, a atualidade das considerações de Lukács acerca dos fundamentos ontológicos do trabalho manual. Ainda

que recorrente na literatura em nosso país, e ainda que já discutida em diversas ocasiões, talvez seja oportuno retomar uma vez mais a distinção de Lukács entre o trabalho que converte a natureza nos meios de produção e subsistência, de um lado, e todas as outras atividades humanas, de outro: a distinção entre o complexo fundante da sociabilidade (o trabalho) e todos os outros complexos sociais por ele fundados. Ele utiliza o binômio pores teleológicos primários e pores teleológicos secundários para salientar essa distinção ontológica: as primeiras transformam a natureza colocando em “movimento” “cadeias causais”; as segundas agem sobre o ser social e “desencadeiam um novo pôr teleológico”. Nos pores teleológicos primários,

o pôr das cadeias causais se refere a objetos e processos que, relativamente ao seu ser-posto, se comportam com total indiferença em relação ao fim teleológico, ao passo que os pores que têm por objetivo suscitar nos homens determinadas decisões entre alternativas trabalham sobre um material que por si mesmo, espontaneamente, já é levado a decidir entre as alternativas.¹³

Não temos espaço aqui para explorar a fundo as muitas consequências dessas palavras de Lukács. Elas possuem repercussões teóricas de longo alcance em toda a sua *Ontologia*¹⁴. Importa-nos mais diretamente que, nos pores teleológicos secundários, a subjetividade adquire um papel “qualitativamente diferente”¹⁵, “o ‘material’ das posições causais [...] é de caráter social, isto é, trata-se de possíveis decisões alternativas de pessoas e, por isso, de algo que, por princípio, não é homogêneo e que, além disso, está em constante movimento”¹⁶. Não se trata de transformar a matéria natural, cuja existência prescinde da teleologia, mas sim de transformar as próprias relações sociais e, nessa medida, a própria autoconstrução dos indivíduos passa a ser uma finalidade das objetivações. “Passa a vigorar aqui a distinção entre se um pôr teleológico [secundário], em última análise, desencadeia uma série causal ou se desencadeia um novo pôr teleológico”¹⁷. Trata-se do mundo dos homens, uma esfera ontológica que possui uma nova continuidade, se comparada com a continuidade meramente natural. Para sermos muito breves: uma continuidade que possui na consciência singular dos indivíduos concretos, historicamente determinados, uma mediação decisiva e, portanto, torna a “a continuidade objetivamente disponível, mas simultaneamente e para além disso também vivenciada, de suas ideias, de seus sentimentos, de suas ações etc. em componente dinamicamente mobilizado de sua consciência”¹⁸. Enquanto o dever-ser na transformação da natureza se constitui como a necessária adequação da teleologia e das objetivações ao ser-precisamente-assim da porção da natureza a ser transformada, quando se trata de levar os indivíduos

¹³ G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, cit., v. 2. (N. E.)

¹⁴ Uma investigação das conexões mais importantes aqui presentes está em Ester Vaisman (“A ideologia e sua determinação ontológica”, *Revista Ensaio*, v. 17-18, 1989, p. 399-444), Gilmaisa M. da Costa (*Trabalho e serviço social: debate sobre as concepções de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de G. Lukács*, dissertação de mestrado em serviço social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999) e Sergio Lessa (*Mundo dos homens*, cit.).

¹⁵ G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, cit., v. 2.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

a agir de modo adequado às demandas da reprodução social, o dever-ser possui um inequívoco caráter moral, ético etc.¹⁹. Toda uma nova série de complexos sociais devem surgir e se desenvolver para atender às novas necessidades que são incessantemente geradas pelo desenvolvimento humano-genérico.

Nesse caso, o “material” do pôr do fim é o homem, do qual se pretende que ele tome uma decisão alternativa; a rejeição da decisão desejada tem, por isso, uma estrutura ontológica diferente daquela do material natural do trabalho, na qual só entra em cogitação uma apreensão correta ou incorreta de conexões ontológicas da natureza [...].²⁰

Entre os novos complexos que surgem com a crescente sociabilização são fundamentais, para o nosso tema, as classes sociais, o Estado (o instrumento especial de repressão das classes dominantes contra os trabalhadores), a violência indispensável à exploração do homem pelo homem²¹, o patriarcalismo²² etc. Deparamos, uma vez mais, com o fato de que é nas necessidades postas pela transformação da natureza que encontramos a gênese – com as mediações devidas em cada caso – de todas as outras necessidades, mesmo aquelas mais pessoais e individuais²³.

A distinção entre os pores teleológicos primários e os secundários é essencial para o mundo dos homens. Ela está imediatamente articulada à situação ontológica em que a causalidade do mundo dos homens é composta tanto pela matéria natural convertida em valores de uso, em entes sociais, quanto por cadeias causais postas pelas objetivações humanas – a conhecida distinção lukacsiana entre a causalidade dada (pela natureza) e a posta (pelos humanos)²⁴.

Como a matéria natural pode ser transformada apenas por processos químicos, físicos ou biológicos – em outras palavras, a matéria natural pode ser transformada apenas por processos naturais –, o único modo de os seres humanos converterem a natureza em meios de produção e subsistência é empregando aquela porção da matéria natural que está imediatamente sob o controle de seu cérebro²⁵, ou seja, sua “corporeidade”²⁶, seu corpo. É apenas pela ação da mão humana – ou algo do corpo humano – sobre a matéria natural que podemos convertê-la nos valores de uso de que necessitamos: “assim como o homem necessita de um pulmão para respirar, ele também necessita de uma ‘criação da mão humana’ para poder consumir forças da natureza de modo produtivo”²⁷. E isso é uma

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Lukács discute a relação entre patriarcalismo e propriedade privada em *Para uma ontologia do ser social*, cit., v.2.

²³ O pôr teleológico primário “exige e mobiliza forças psíquicas de feitio novo, diferentes das mobilizadas pelo processo propriamente dito do trabalho (pense-se no papel da coragem pessoal, da sagacidade inventiva, da cooperação desprendida no caso de alguns trabalhos empreendidos coletivamente). Por isso mesmo, os pores teleológicos que surgem daí estão direcionados – tanto mais decididamente quanto mais desenvolvida for a divisão social do trabalho – diretamente para o despertar, fortalecer e consolidar desses afetos que se tornaram indispensáveis aos homens” (idem).

²⁴ Idem.

²⁵ “Assim como no sistema natural a cabeça e as mãos estão interligadas”, constata ironicamente Marx no Livro I de *O capital*, cit., p. 577.

²⁶ Ibidem, p. 646.

²⁷ Ibidem, p. 459-60.

decorrência do mero estatuto ontológico da matéria natural: nem os processos químicos e físicos nem a reprodução biológica ocorrem pela mediação da consciência, portanto são processualidades sobre as quais podemos atuar apenas pela utilização da porção de matéria natural sob controle direto de nosso cérebro. Por isso o pôr teleológico primário, que funda o ser social, é necessária e irrevogavelmente trabalho manual: ainda que, entre a mão humana e a natureza a ser transformada, tenhamos o maquinário ou a ferramenta mais sofisticada, estes continuam sendo extensão do corpo humano. Sem o trabalho manual, o emprego da máquina e a própria fabricação da máquina seriam impossíveis.

Todavia, o que determina que o intercâmbio orgânico com a natureza é trabalho não é a matéria a ser transformada (ainda que esta torne imprescindível o trabalho manual, como vimos anteriormente). Há atividades, como a do escultor ou do cirurgião, que operam sobre a matéria natural, sendo, por isso, manuais e, no entanto, não são trabalho, porque o que distingue os complexos sociais, o que particulariza as ações humanas, não é a matéria que eles transformam (natureza ou relações sociais), mas sim a função que exercem na reprodução social. A função social do trabalho é a produção dos meios de produção e subsistência; a função social do escultor é a produção de obras de arte e a do cirurgião, restaurar a saúde. Ainda que a matéria a ser transformada (natural ou social) imponha determinações importantes a cada uma das atividades humanas, é a função social e não a modalidade da matéria a ser transformada que particulariza cada um dos complexos sociais.

Portanto, se todo trabalho é metabolismo com a natureza e, por isso, deve transformar a matéria natural – o que requer que seja um trabalho manual –, nem toda transformação da natureza tem por finalidade a produção dos meios de produção e subsistência. Assim (como nos exemplos do escultor e do cirurgião), nem toda atividade manual que transforma a natureza é trabalho.

O pôr teleológico secundário tem por função atuar sobre a consciência dos indivíduos de modo a levá-los a realizar os atos considerados necessários para a reprodução social. Estes são atos humanos que buscam alterar os pores teleológicos de outros indivíduos – e isso é realizado pela alteração das relações sociais, dos complexos sociais. E aqui, mais uma vez, não importa se o transformado é ou não a natureza: um escultor, ao converter o mármore em estátua, está atuando sobre o desenvolvimento afetivo dos indivíduos pela mediação da catarse estética. Sua função social é o desenvolvimento das individualidades que, então, poderão operar processos de objetivação socialmente mais avançados (no sentido humano-genérico de que nos fala Lukács). O mesmo se dá com a política, a educação, a filosofia, a moral, a ética etc. Trata-se sempre, e em todos os casos, de influenciar aquilo que será objetivado pelos indivíduos e, desse modo, interferir na reprodução social como um todo.

Para a tradição balizada por Marx, Lukács e Mészáros, ampliar o trabalho de modo a incluir nele algo além da produção de meios de produção ou subsistência pela transformação da natureza significa revogar essa distinção entre os pores teleológicos primários e secundários. Fundidos, imbricados e mesclados os pores teleológicos primários e secundários, a distinção entre a categoria fundante, o intercâmbio orgânico com a natureza e todos os demais complexos sociais por ele fundados está também revogada. A distinção entre o trabalho manual (que converte a natureza nos meios de produção e subsistên-

cia) e *todas* as outras atividades humanas, *todos* os outros complexos sociais, está também abolida. Ou seja, qualquer concepção que converta em trabalho as atividades de planejamento, controle, concepção etc. revoga a pedra de toque da ontologia marxiana: o trabalho enquanto categoria fundante. Não há absolutamente nenhuma possibilidade de se incorporar o trabalho intelectual (as atividades de controle dos trabalhadores que fazem parte dos pores teleológicos secundários) à categoria trabalho (repetimos, fundante do ser social) sem com isso revogar o pressuposto primeiro e único da proposta revolucionária de Marx e Engels — qual seja: para sobreviver, os homens devem converter a natureza em meios de produção e subsistência e isso, por sua vez, articula a totalidade social em distintos modos de produção, com seus complexos ideológicos, suas peculiaridades históricas, seus distintos patamares de individuação e, entre o período marcado pela Revolução Neolítica e a Revolução Industrial, suas distintas classes sociais.

Vejamos esse mesmo complexo de questões por outro aspecto.

Trabalho e classes sociais

Retomemos a distinção entre os pores teleológicos primários (o trabalho) e os secundários (os que visam transformar as relações sociais). Argumenta Lukács que, ao surgirem as classes sociais, os pores teleológicos secundários, que têm “como fim primeiro a ação sobre a consciência de outros homens com o fim de induzi-los aos pores teleológicos desejados”²⁸, “podem ser colocados espontânea ou institucionalmente a serviço de uma dominação”; daí a divisão entre “trabalho intelectual e trabalho braçal e a divisão entre cidade e campo”²⁹.

O trabalho intelectual, para Lukács (antes em Marx e depois em Mészáros), não é o ato de pensar. Como já sabemos, todos os atos humanos, quaisquer que sejam eles, são sempre objetivação de teleologia. Atos humanos que não sejam precedidos de uma ação da consciência são uma impossibilidade ontológica tão completa quanto processos naturais que sejam mediados por teleologias. A distinção entre o trabalho intelectual e o manual (“físico”) é um produto histórico do surgimento da exploração do homem pelo homem. Nas sociedades de classe, o intercâmbio orgânico com a natureza passa a ter por finalidade a reprodução da propriedade privada da classe dominante. E, para que isso ocorra cotidianamente, é imprescindível que a classe dominante organize a aplicação da violência sobre os trabalhadores. Para fazermos curta uma longa história: para tanto, criam-se o Estado e todos os complexos sociais encarregados de vigiar os trabalhadores e aplicar sobre eles a violência imprescindível. Ao trabalho intelectual cabe esta função social: organizar e realizar a aplicação do controle sobre o trabalho, sempre tendo como pano de fundo a imprescindível aplicação da violência. Se o trabalho intelectual é realizado em um jornal, em uma sala de aula, em fábricas ou latifúndios, em uma masmorra onde se tortura, no púlpito de uma igreja, no exército ou nas instituições policiais, ele não é exatamente a mesma coisa, todavia não muda significativamente sua determinação essencial. Este é o conteúdo histórico da separação do trabalho intelectual do trabalho manual: ao

²⁸ G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, cit. v. 2., Lukács repete a mesma distinção, praticamente nos mesmos termos, algumas vezes ao longo do volume.

²⁹ Idem.

trabalho manual cabe a produção de toda a riqueza das sociedades de classe pela transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência; ao trabalho intelectual cabe atender à necessidade de controle sobre os trabalhadores para que estes sejam expropriados pela classe dominante.

Desse modo, as relações de produção organizam os indivíduos pela função que estes exercem na reprodução social – segundo o lugar que ocupam na estrutura produtiva. O trabalho proletário, para tomarmos o exemplo mais desenvolvido, requer com rigorosa necessidade histórica a organização da totalidade social em três grandes classes sociais (com suas subdivisões etc.): a burguesia, que expropria o trabalho proletário; o proletariado, que produz todo o capital; e as classes de transição (como Marx se refere a elas em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte**), o conjunto de assalariados que, embora não sejam proletários, são trabalhadores também explorados pela burguesia³⁰.

O proletariado, ao converter a natureza em meios de produção e subsistência com seu trabalho manual (seja qual for a ferramenta ou máquina que empregue) produz não apenas mais-valor, mas também e fundamentalmente um novo *quantum* de riqueza social que se expressa em seu produto final. Os assalariados que não são proletários, todos eles, recebem seus salários, direta ou indiretamente, da riqueza produzida pelo proletariado e expropriada pela burguesia. Uma parte desses assalariados é produtora de mais-valor (o conhecido exemplo de Marx do professor em uma escola privada); contudo, apenas pode produzir esse mais-valor pela conversão em capital da riqueza que já foi produzida pelo proletariado e se encontra difusa na sociedade na forma de dinheiro. Trata-se, aqui, de uma soma cujo resultado é zero: o que se perdeu de um lado acumulou-se de outro, nenhum novo *quantum* de riqueza social foi produzido ou, para utilizarmos uma expressão de Marx, não se ampliou o capital social total.

Por fim, temos a burguesia, que se apropria do mais-valor proletário diretamente ou, como fazem os banqueiros e os comerciantes, indiretamente.

As duas classes fundamentais (burguesia e proletariado) e a enorme e amorfa massa de assalariados não proletários, as classes de transição, existem por determinação da forma como os homens se organizam para retirar da natureza os meios de produção e subsistência que são imprescindíveis à reprodução do capitalismo contemporâneo. Elas estão presentes em todos os países que conheceram um desenvolvimento do capitalismo, mesmo que incipiente. E existem independentemente da forma como os seres humanos se organizam para os inevitáveis conflitos ou de seu grau de consciência: a existência das classes é determinada não pela consciência de classe, mas sim pelas relações de produção, fundadas pelo trabalho que se encontra em sua base.

Portanto, e uma vez mais, sem a superação do trabalho proletário não há qualquer possibilidade histórica de superação do capital: as teses sobre o fim do proletariado como resultante do desenvolvimento do capitalismo não passam de fantasias, não possuem qualquer fundamento histórico.

* São Paulo, Boitempo, 2011. (N. E.)

³⁰ Sobre a semelhança e distinção entre a exploração do proletariado e demais assalariados pelo capital, ver Sergio Lessa, *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, cit., em especial os capítulos V e VII.

Enormes confusões

Da afirmação por Marx, Lukács e Mészáros de que o trabalho é o fundamento ontológico das classes sociais, fazem-se muitas vezes deduções descabidas, não compatíveis com os fundamentos de tais pensadores.

A primeira delas é que Marx, Lukács e Mészáros desconsideraram o fato de que, na sociedade capitalista contemporânea, existem também outras classes sociais que não se encaixam nem na burguesia, nem no proletariado, nem nas classes de transição. Os exemplos são sempre, de um lado, os latifundiários e os camponeses e, de outro, os indivíduos que não conseguem entrar no mercado de trabalho³¹.

Nos três pensadores que discutimos aqui, a existência dos camponeses e dos latifundiários é plenamente reconhecida e tratada. Eles são resquíio dos modos de produção pré-capitalistas e, por vezes, têm papel político de primeira importância, como nos lembram, por exemplo, as análises de Marx e Engels sobre a resistência camponesa contra a penetração do imperialismo inglês na Índia, na África e na Ásia, ou a discussão de Mészáros a respeito das revoluções de libertação nacional no século XX: eles fazem parte dos complexos processos históricos de transição dos modos de produção pré-capitalistas para o capitalismo plenamente explicitado. Todavia, tais lutas podem ter apenas dois sentidos históricos: ou são derrotadas pelo capital e as classes dos camponeses e dos latifundiários tendem a desaparecer, dando lugar à burguesia agrária e ao proletariado rural, ou então são polarizadas pelas lutas proletárias contra o capital. Tais classes, por si mesmas, não podem dar o sentido histórico mais geral de sua resistência: o significado histórico de suas lutas será dado pelo resultado da luta entre a burguesia e o proletariado. Mesmo quando o movimento camponês conquista vitórias importantíssimas, o máximo que pode fazer é abrir as portas para a modernização capitalista, pelas mediações históricas que se queira. Melhor exemplo que a China dos nossos dias dificilmente poderia ser encontrado.

Quanto aos indivíduos que não conseguem lugar no mercado de trabalho, uma nova confusão se estabelece. Para Marx, Lukács e Mészáros, participa-se do mercado de trabalho tanto pelas relações de emprego formais quanto pelas relações não formais: na discussão acerca das formas de assalariamento, Marx mostra que até mesmo o trabalhador que possui os meios de produção (as ferramentas), a matéria-prima e a propriedade do produto final – e, portanto, não seria um proletário, mas sim assemelhado a um burguês – pode ser um assalariado disfarçado, que até produz mais-valor. Não são as relações de emprego, *mas as relações de produção* que determinam as classes sociais. Maria Augusta Tavares, em um estudo muito citado, demonstrou a íntima articulação entre o chamado trabalho informal e a reprodução ampliada do capital³². O exército industrial de reserva e os trabalhadores informais provavelmente se sobrepõem em alguma parcela, enquanto a outra é composta dos assalariados disfarçados que mencionamos anteriormente. Todavia, são cada vez mais fortes os indícios de que a desagregação do modo de produção capitalista está conduzindo a uma ampliação do lumpemproletariado em dimensões inéditas na história – com consequências futuras ainda difíceis de avaliar. No Brasil, vivemos hoje

³¹ Por exemplo, a entrevista de Paul Singer em Isabel Loureiro (org.), *Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil* (São Paulo, Estação das Artes, 2008).

³² Maria Augusta Tavares, *Os fios (in)visíveis da produção capitalista* (São Paulo, Cortez, 2004).

um significativo processo de êxodo que aparece no fato de que parcela muito ponderável dos movimentos rurais é composta de indivíduos que deixaram as cidades, e não mais, como antes, de camponeses que perderam suas terras.

A segunda das confusões é que, para Marx, Lukács e Mészáros, a consciência de classe não desempenharia nenhum papel na determinação das classes sociais – o chamado economicismo. Nada mais injusto do que essa acusação: se há pensadores que afirmam a força material da consciência singular de cada indivíduo concreto, historicamente determinado, na consubstanciação das tendências históricas mais universais, pela mediação da síntese que é a reprodução social, são precisamente Marx, Lukács e Mészáros. Em cada um deles, o papel histórico dos complexos ideológicos é tratado em detalhe – e a tal ponto reconhecido o papel ativo da subjetividade na história que, para os três, em algumas circunstâncias muito precisas, como as revoluções (elas próprias resultado do desenvolvimento das tendências históricas mais universais), o momento predominante se desloca do trabalho e da economia para as lutas de classe, a política e os conflitos ideológicos. Não há pensador na história da humanidade que tenha reconhecido tão plenamente o papel material das ideias e dos indivíduos nos processos históricos como os três que mencionamos.

O que é estranho a eles é a concepção idealista de que o ser das classes, sua existência na reprodução social, dependa da consciência que tenham de si próprias. Tendo consciência de seu ser, uma classe tende a intervir nas lutas sociais de modo qualitativamente superior. Contudo, a mera possibilidade da consciência para-si de uma classe depende de sua existência social, e não o inverso. A existência, também aqui, determina a consciência. Classes existem ao longo da história que não desenvolvem, e não têm nenhuma possibilidade de vir a desenvolver, seu para-si – pensemos em todas as classes sociais de todas as sociedades pré-capitalistas. Apenas com a burguesia revolucionária o para-si das classes entrou na história; essa é uma categoria muito tardia no desenvolvimento da humanidade³³. Repetimos: são as relações de produção, e não as relações de emprego ou a consciência de classe, que fundam as classes sociais. E as relações de produção emergem imediatamente da modalidade do intercâmbio orgânico com a natureza: o trabalho.

Portanto, nada mais estranho ao universo categorial de Marx, Lukács e Mészáros que um novo conceito de trabalho que se estenda para além da produção dos meios de produção e subsistência pelo trabalho manual que transforma a natureza. O trabalho apenas pode ser “condição universal [...], perpétua condição natural da vida humana”³⁴, categoria fundante do ser social, se for o intercâmbio material com a natureza.

A distinção entre os pores teleológicos primários e secundários, no Lukács da *Ontologia*, parece-nos importante não apenas porque revela uma determinação ontológica universal do ser social, mas também porque explicita de modo particularmente claro o caráter fundante do intercâmbio material com a natureza em relação aos demais complexos sociais que compõem a totalidade de qualquer sociedade. Permite que sejam explo-

³³ Não desconsiderando, aqui, o limitado para-si possível no passado, como gênese do que viria a ser essa categoria no capitalismo desenvolvido.

³⁴ Karl Marx, *O capital*, cit., Livro I, p. 261.

radas no que se refere às peculiaridades na articulação entre teleologia, objetivação, exteriorização, casualidade dada e posta etc. de cada uma delas. E ainda esclarece em detalhes as distintas funções que exercem na reprodução da totalidade social.

Desse conjunto categorial rigorosamente articulado e, por último, unitário, decorre que o trabalho funda as relações de produção as quais, por sua vez, são predominantes para a gênese e o desenvolvimento (e eventual superação histórica) das classes sociais. O fundamento ontológico das classes reside não na consciência que possuem de si próprias e muito menos das relações de emprego, mas nas relações de produção fundadas por cada forma particular de trabalho. O trabalho primitivo funda as sociedades sem classes primitivas, o trabalho escravo funda o escravismo, e assim sucessivamente. Em virtude dessa articulação ontológica mais geral: 1) não existe qualquer possibilidade histórica de uma das classes fundamentais de um modo de produção ser superada sem que o próprio modo de produção também o seja; 2) o desenvolvimento tecnológico propiciado por um modo de produção particular é determinado por suas relações de produção e, por isso, não pode conduzir à superação do modo de produção que está em sua origem.

O papel fundante do trabalho é o único pressuposto de Marx e Engels: uma vez revogado, a proposta da revolução proletária (aquela que tem como plataforma estratégica a superação das classes, da propriedade privada, do casamento monogâmico e do Estado) também estará irremediavelmente revogada. Não é preciso muito para perceber que, em todos os casos em que se advogou outro conceito de trabalho que não o manual (que converte a natureza em meios de produção e subsistência), os resultados foram uma migração de um terreno mais propriamente comunista para o da social-democracia.

As teses acerca do fim do proletariado como resultado de uma pretensa revolução técnico-científica (ou como se queira chamar) ou da reestruturação produtiva em curso são incompatíveis com a tradição teórica balizada por Marx, Lukács e Mészáros. Mas isso não é tudo. Elas são também meras hipóteses, no sentido preciso de que não vão além de especulações carentes de substrato histórico. As evidências são rigorosamente contrárias a tais teses: o trabalho manual está sendo cada vez mais intensamente explorado, as atividades de controle (o trabalho intelectual) sobre o trabalho manual tornam-se ainda mais eficientes e duras, e tanto no campo quanto na cidade os trabalhadores manuais continuam a produzir o capital. Em outras palavras, o proletariado não está se extinguindo. Mais ainda, continua a ser a única classe não parasitária, já que produz toda a riqueza da sociedade, convertendo a natureza em meios de produção e subsistência. Por isso é a única classe na sociedade burguesa com possibilidade de ser portadora do projeto revolucionário comunista – é a única classe cuja emancipação requer simultaneamente a emancipação de toda humanidade da regência do capital.

O proletariado continua a ser a única classe que tem a possibilidade de liderar uma revolução que, não por acaso, é denominada revolução proletária: mas aqui, como em tudo na história, possibilidade não quer dizer inevitabilidade. A classe operária poderá – ou não – liderar uma revolução comunista, mas, sem sua liderança histórica, não há superação possível do capital.